

Atos nas reitorias da USP e Unesp agitam a campanha salarial em 16/5

Assembléia da Adusp de 9/5, no auditório da Geografia, aprovou a participação dos docentes nos atos públicos da campanha salarial organizados pelo Fórum das Seis, que ocorrerão no dia 16/5, diante da Reitoria da USP (às 13 horas) e, depois, diante da Reitoria da Unesp, atual sede do Cruesp.

A assembléia avaliou que no momento não há mobilização suficiente dos docentes da USP, que permitisse deliberar a paralisação no dia 16/5. Manteve porém, por unanimidade, o indicativo de paralisação, a ser discutido numa próxima ocasião.

No debate, foi reafirmado o entendimento de que as universidades podem conceder o reajuste de 16% reivindicado pelo Fórum. A arrecadação do ICMS tem evoluído acima das estimativas. Foram informados os atuais níveis de comprometimento da receita das universidades com a folha salarial: 83,4% no caso da USP, 90% na Unicamp e 89,6% na Unesp.

O Fórum volta a reunir-se na segunda-feira, 13/5, às 10 horas. Para o mesmo dia às 15 horas está marcada a primeira reunião desse ano da Comissão de Acompanhamento de Verbas e Salários, composta por técnicos do Cruesp e do Fórum. Note-se que essa reunião ocorrerá sem que o Cruesp tenha enviado ao Fórum a planilha de fechamento das contas das universidades em 2001 (leia texto nesta página).

Greve na FFLCH

Sobre o movimento existente nos departamentos de Letras, História, Geografia, Ci-

ências Sociais e Filosofia, manifestaram-se vários colegas. Os principais informes: 1) em 6/5, a assembléia dos professores da FFLCH decretou estado de greve; 2) em 9/5, a reunião extraordinária da Congregação da unidade aprovou resolução unânime apoiando a greve dos estudantes, rejeitando a contratação temporária de professores ou a “flexibilização” de concursos públicos, e decidiu reivindicar contratação de 115 docentes, o que faria o quadro retornar ao nível de 1990 (ver íntegra da resolução na p. 5); 3) o

vice-reitor, Hélio Nogueira, apresentou uma proposta de contratação de docentes em caráter temporário e somente 12 por concurso público. Outra proposta do Reitor foi a formação de um grupo de trabalho misto para estudar a reposição de vagas; 4) haverá uma audiência pública com o Vice-Reitor, no dia 17/5, às 17h30, no prédio da História e Geografia.

Foi apresentada uma ponderação da diretoria da Adusp, encaminhada aos estudantes, no sentido de que o movimento se esforce para superar

eventuais diferenças e criar uma comissão de negociação única, com representação das três categorias. Foi reafirmado o integral apoio da entidade à luta para que sejam preenchidos os claros docentes e de funcionários, que é uma posição histórica da Adusp.

A entidade, presente no movimento por intermédio de diretores, membros do Conselho de Representantes e outros filiados, acompanhará a assembléia dos professores da FFLCH marcada para segunda-feira, 13/5 (leia outras notícias sobre a greve na p. 5).

Fórum se empenha por negociação, enquanto o Cruesp posterga

Vveja as informações a respeito e os passos dados pelo Fórum no sentido de encaminhar no devido tempo a negociação da pauta de 2002:

*A última reunião da comissão de técnicos do CRUESP e do Fórum ocorreu em dezembro de 2001. Apesar das insistentes solicitações do Fórum, não tivemos se quer resposta do Cruesp para sua marcação no início desse ano;

*No dia 27/3 o Fórum fechou a nossa pauta unificada e enviou ofício ao Cruesp, pedindo reuniões no dia 11/4 (ou 12/4), para entrega e apresentação da pauta de reivindicações; e a primeira reunião de negociação no dia 29/4 (ou 30/4);

*No dia 10/4 a presidência do Cruesp foi transferida oficialmente para o reitor

da Unesp;

*No dia 16/4 o Fórum protocolou a pauta de reivindicações na secretaria do Cruesp, sem que o Presidente do Cruesp, ou o secretário executivo, estivessem sequer presentes para recebê-la;

*No dia 17/4 o Fórum enviou novo ofício ao Cruesp, solicitando, nos termos do ofício do dia 27, que fosse agendada a reunião de negociação do dia 29 ou 30/4;

*O novo reitor da Unicamp, professor Carlos Henrique de Brito Cruz, tomou posse no dia 19/4;

*No dia 22/4 o secretário executivo do Cruesp comprometeu-se, através de sua secretária, a divulgar a data da reunião de negociação até 26/4, quando ocorreria a reunião do Fórum;

*Somente no dia 8/5 o

Cruesp marcou para o dia 13/5, às 15h00, reunião da comissão de acompanhamento de verbas e salários composta por técnicos do Cruesp e do Fórum;

*Mesmo com a reunião do dia 13/5 marcada, o Cruesp ainda não havia encaminhado para o Fórum a planilha consolidada de verbas e salários de 2001.

É preciso deixar claro que as reuniões da comissão de acompanhamento são importantes, mas não são reuniões de negociação. É preciso que o Cruesp trate com o devido respeito o empenho do Fórum em negociar nossas reivindicações, que compreendem vários itens para além dos 16% do percentual do reajuste dos salários, e defina com urgência as reuniões de negociação!

Comissão propõe ao CO maior autonomia na eleição de RDs

A comissão *ad hoc* designada pelo Reitor para rever o Regimento Geral da USP no tocante à eleição de representantes discentes proporá ao CO, na reunião de 14/5, mudanças que reconhecem a autonomia do movimento estudantil. A proposta, aprovada consensualmente na comissão, altera os artigos 224 e 228 do Regimento.

De acordo com a proposta, o artigo 224 passará a ter a seguinte redação: “São elegíveis para a representação discente os alunos de graduação

regularmente matriculados, que preferencialmente tenham cursado pelo menos doze créditos no conjunto dos dois semestres imediatamente anteriores.” O artigo 228 passará a ter a seguinte redação: “A escolha da representação discente junto ao CO e conselhos centrais será realizada em uma única fase, por voto direto e secreto, em dia e horário fixados no edital de convocação, procurando contemplar, de preferência, representação nas áreas biológicas, de humanidades, e de exatas.”

Essas formulações atendem a reivindicação do movimento estudantil, na medida em que suprimem restrições que ferem sua autonomia: a exigência do mínimo de doze créditos (a alteração proposta pela comissão retira essa obrigatoriedade) e o limite imposto ao número de RDs por unidade. Também desaparecerá, em outro dispositivo, a fiscalização obrigatória das eleições pelo CO.

“Houve consenso no sentido de que os estudantes façam suas eleições do mesmo modo como dirigem suas instituições.

Houve um clima muito bom de entendimento na comissão. Fiquei muito satisfeito”, disse o professor Caio Dantas, que preside a comissão.

O professor considera que não faz sentido a permanência, no Regimento, de restrições que ele classifica como paternalistas, e está otimista quanto às chances de aprovação da proposta no CO: “Tenho esperanças que sim”, diz. Os demais integrantes da comissão são os professores Leonel Itaussu e Roberto Faria e dois representantes discentes.

Adunicamp comemora 25 anos

Ocorreu no dia 9/5/02, às 18h na sede da Adunicamp, o primeiro evento de comemoração dos 25 anos da entidade. Na solenidade de abertura fizeram parte da mesa João Mendonça de Souza (Kiko-STU), João Paulo Ribeiro (Fasubra), Alan Silvio Carneiro (DCE-Unicamp), José Roberto Zan, presidente da Adunicamp, Carlos Henrique de Brito Cruz, reitor da Unicamp, Roberto Leher, presidente do Andes, e Ciro T. Correia, coordenador do Fórum das Seis e presidente da Adusp.

Todos os presentes destacaram a importância da entidade nas muitas lutas que o movimento docente tem levado em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade naquela instituição, no Estado de São Paulo, e no Brasil em articulação com o Fórum das Seis e o Andes sindicato nacional. Após a solenidade houve apresentação de peças musicais de Mozart e um agradável jantar dançante, para todos os presentes.

Está para ser marcado um novo evento, para lançamento de um livro com a história da Adunicamp.

Manobra impediu votação da PEC 14

Foi adiada, na Assembleia Legislativa, a votação da proposta de emenda constitucional (PEC) 14/2000, que fixa como valor mínimo a ser destinado às três universidades públicas estaduais a cota anual de 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sem o atual desconto de 1% para habitação e acrescido das verbas federais compensatórias das perdas de arrecadação do Estado.

O percentual de 9,57% já vem sendo aplicado nas leis de diretrizes orçamentárias nos últimos anos, mas não consta da Constituição Estadual e pode, portanto, ser reduzido por

decisão governamental. Com a PEC 14, ele passará a ser determinação constitucional, e os repasses às universidades serão maiores. Por isso, tanto a Adusp como o Cruesp manifestaram à AL seu apoio à proposta, de autoria do deputado César Callegari (PSB).

A PEC 14 entraria em plenário no dia 24/4, já havia sido aprovada no colégio de líderes, mas enfrenta oposição de um grupo de parlamentares, liderados pelo deputado Vaz de Lima (PSDB). Na noite da votação, Lima, conhecido por defender o fim da gratuidade no ensino público, manifestou-se contra a PEC 14, o que levou vários deputados a

não comparecerem à reunião. Assim, não houve quórum para que o primeiro turno da votação acontecesse.

O presidente da AL, deputado Walter Feldman (PSDB), disse, à época, que a proposta deveria voltar ao plenário nos próximos dias. Até o momento, a PEC ainda não entrou em plenário. Segundo o gabinete do deputado Callegari, a campanha para que a PEC seja aprovada continua. Fique atento e ajude a pressionar os deputados para que aprove a PEC 14. Mande e-mails para os gabinetes dos parlamentares, e, uma vez confirmada a data, procure comparecer à votação.

Notas do Jurídico

tou ao processo nossas contrarrazões e aguarda o julgamento em segunda instância.

Estágio probatório

Após a greve do Judiciário, foi distribuída a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que a Adusp impetrou contra a USP, em outubro de 2001, que circula no Tribunal de Justiça sob o nº 84.978.0/7.

A Adin pleiteia reconhecimento judicial da inconstitucionalidade do artigo 6º *caput* e § 1º da Resolução 3533/89, que determina que o docente

que ingressar em RDIDP deve se submeter a um período de experimentação de seis anos, podendo este prazo ser dilatado por mais dois anos por decisão da CERT.

Em 9/1/02, a USP foi citada no processo, já tendo manifestado suas razões, bem como a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Procuradoria de Justiça, no sentido da improcedência da ação. O processo se encontra com o desembargador Borelli Machado. Aguardamos agora manifestação do Tribunal de Justiça.

Andes Autônoma e Democrática

Luiz Carlos Lucas,
candidato à presidência do Andes pela Chapa 1

Como olhar com bons olhos para uma conjuntura marcada, no plano internacional, pelo avanço militar do Império norte-americano sobre o terceiro mundo, sob o pretexto de combater o narcotráfico e o terrorismo, pelo massacre aos palestinos e pela crise na Argentina?

E o que dizer do Brasil, que caminha a passos largos na mesma direção, entregando a gestão do Estado às diretrizes emanadas de fora, através de um governo desgastado pela corrupção e pela crescente miséria do povo? Numa conjuntura eleitoral em que até a oposição parece convencida de que só se elegerá prometendo manter tudo como está, qual a expectativa de mudança que podemos alimentar?

Na Universidade, que horizonte nos aguarda, cercados que estamos pelo arrocho salarial, pela escassez de verbas, pela vinculação das pesquisas ao mercado, pela pressão produtivista das “avaliações” que não avaliam o trabalho acadêmico e pelo canto da sereia da privatização interna, que avança através das fundações privadas?

Os integrantes da *Chapa 1-Andes Autônoma e Democrática*, ao pretenderem dar continuidade ao trabalho da atual gestão na Direção Nacional do Andes-SN, estão conscientes das dificuldades que terão de ser enfrentadas numa conjuntura francamente adversa. Acreditam, porém, que, com ética e com a defesa de valores e princípios que inspiram as lutas do movimento por mais de duas décadas, é possível construir horizontes mais promissores a partir de uma intervenção coletiva.

Horizontes mais fecundos para a Universidade, que defendemos pública, realmente autônoma, em que a gratuidade seja um princípio aplica-

do a todas as atividades acadêmicas, em que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão seja a principal garantia de um padrão unitário de qualidade. Uma Universidade entendida

como dever do Estado e direito dos cidadãos, referenciada socialmente no interesse da maioria da população e não tratada como um serviço submetido à lógica do mercado.

Para isso, defendemos uma concepção sindical que assume a democracia como valor, referenciada por uma perspectiva classista. Uma concepção democrática de direção tem de se pautar pelo respeito intransigente às instâncias deliberativas de base – as assembleias gerais – e pelo cumprimento das deliberações dos fóruns nacionais – os Conads e Congressos. A democracia requer, também, o debate público das diversas questões da Universidade. Por isso demanda o permanente fortalecimento da produção coletiva do conhecimento engajado, através dos grupos de trabalho do sindicato. Um sindicato democrático caracteriza-se igualmente pela representação de todos os sindicalizados, ativos ou aposentados, das carreiras de 3º e de 1º e 2º graus.

Uma concepção classista e democrática só se afirma através da luta consciente e coletivamente organizada. Não se enfrenta um projeto oposto ao nosso através de negociações de gabinete ou reuniões



de confraternização com “autoridades”. O sindicato deve estar sim em todos os espaços institucionais, porém sem abandonar a mobilização e a ampla discussão de todas as questões

em pauta. Enfrentamos nas ruas, mobilizando a partir das bases o conjunto da categoria, para as lutas cotidianas no interior das instituições ou, quando necessário, para vencer a resistência de governos submetidos aos interesses do capital financeiro em detrimento dos direitos da cidadania, através das greves. Como na greve das universidades estaduais paulistas, em 2000, na grande greve do setor das federais de 2001, que como diversas greves estaduais entre 2000 e 2002, foram bem sucedidas, reerguendo a confiança de boa parte da categoria na ação coletiva e, por sua condução resoluta e democrática, resgatando a participação no sindicato.

Estes princípios sustentam nosso programa, com propostas para a educação e a Universidade, como: a defesa do ensino público e gratuito; a ampliação das verbas públicas para as Instituições Públicas de Ensino Superior, incluindo recursos para a sua expansão, na perspectiva da universalização; a remoção de todos os obstáculos colocados ao exercício pleno da autonomia universitária e da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; a implantação de

um projeto de avaliação com o objetivo de aperfeiçoar as IES, com vistas ao padrão unitário de qualidade.

A estas se somam nossas propostas no campo da Ciência e Tecnologia, como: ampliação das verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à pesquisa, democratização de sua gestão, definição pública e democrática de suas prioridades; rejeição ao modelo privatista de financiamento de C&T, explicitado nos fundos setoriais e, especialmente, no projeto de lei de inovação tecnológica.

Nosso programa também apresenta propostas em defesa dos direitos dos trabalhadores em educação, sempre na perspectiva da isonomia e da paridade, como: manutenção dos aposentados nas folhas das IFES e IEES, com garantia de verbas orçamentárias para seu o custeio; manutenção do Regime Jurídico Único como regime de trabalho dos servidores públicos; combate às diversas formas de contratação precária de docentes e luta pela abertura e realização de concursos públicos e incorporação das gratificações aos salários. E, frente à conjuntura de criminalização do movimento sindical, defenderemos: a garantia dos direitos sindicais e, particularmente, do direito de greve dos servidores públicos, combatendo o projeto de lei que “regulamenta” o direito de greve, bem como defendemos o direito de organização sindical nas Instituições Particulares de Ensino.

Por tudo isto, a *Chapa 1 – Andes Autônoma e Democrática*, orgulha-se em apresentar-se como herdeira de duas décadas de tradição de luta deste sindicato para dar continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos dois anos, em que nosso sindicato resgatou seu papel histórico.

Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta

Maria Aparecida Ramos de Meneses,
candidata à presidência do Andes pela Chapa 2

Quais os grandes desafios que a Universidade Pública enfrenta atualmente? De começo, seria ocioso lembrar que a instituição universitária vive, em plano mundial, e já de algum tempo, uma crise de identidade de largo fôlego. O primeiro elemento estruturante dessa crise é que, na condição de instituição muito antiga – surgida na Europa Ocidental na passagem da alta idade média para a baixa idade média –, a Universidade é um pouco anterior inclusive ao movimento histórico de formação dos Estados nacionais e do adensamento da forma social de produção de riqueza que denominamos de capitalista. Ora, como instituição anterior a eles (e felizmente sobrevivente), a autonomia da Universidade é freqüentemente acossada tanto pelo Estado como pelo mercado. A contenda entre a autonomia da Universidade e os vetores do Estado e do mercado é o fulcro da crise contemporânea da vida universitária.

No caso brasileiro, podemos aduzir uma outra determinação: o problema histórico da dependência brasileira. Darcy Ribeiro, que formulou a infame LDB que aí está, mas também produziu reflexões críticas importante sobre a Universidade, falava, nas situações de dependência, de uma “Universidade reflexa”, ou seja, a Universidade-moda, cópia das últimas novidades de fora, mas ao mesmo tempo superficial e cosmética. Não creio que as instituições públicas universitárias brasileiras sejam cosméticas – existente densidade científica e intelectual entre nós –, mas, ao mesmo tempo, a luta entre duas tendências é permanente. Dessa maneira, temos

no Brasil uma crise universitária de três vetores somados – o Estado, o mercado e a dependência.

O sistema brasileiro de universidades públicas, federais e estaduais, foi uma criação fantástica, unificam o Brasil do Acre ao Rio Grande do Sul num padrão mínimo de excelência em ensino, pesquisa e extensão. Aqui reside uma diferença fundamental entre o que pensamos e o projeto universitário do governo FHC. As iniciativas desse governo, no lugar de, a partir desse padrão mínimo existente, atingir um patamar de padrão unitário, vai exatamente no sentido oposto – destruir o padrão mínimo. Haja irresponsabilidade!

Vejam o projeto mais articulado unindo no atual governo, a proposta de Bresser Pereira de transformar as universidades públicas no que ele denominava de instituições sociais. Entre outros defeitos, a proposta da organizações sociais demonstra uma ignorância impressionante de história do Brasil e da trajetória das instituições públicas no país, porque busca copiar a forma de organização da sociedade civil nos países de tradição anglo-saxônica, principalmente os EUA. Mais uma macaqueação. O logro da proposta de Bresser é que a forma histórica que o pública assumiu no Brasil – salvo pontuais exceções – foi a estatal. A presente que temos é pu-



blicizar as universidades financiadas com o fundo estatal, torná-las transparentes, e não transformá-las em instituições privadas, mas que sob o rótulo, aparentemente charmo-

so, de público não-estatal.

Recordo um debate que crivou o movimento docente brasileiro há quatro anos, e hoje está um pouco esquecido: se deveríamos, naquele momento, partir para regulamentar o artigo 207 da Constituição (que consagra o princípio da autonomia universitária). Somos pela auto-aplicabilidade, mas o sistema universitário brasileiro precisa de regulações que garantam princípios de uma verdadeira autonomia universitária: a qualidade do ensino, a liberdade de cátedra, a pesquisa voltada para o desenvolvimento social, etc. A perversidade dos últimos anos é que o artigo 207 foi usado tão somente como biombo para os lucrativos negócios de credenciamento de novas universidades particulares, a maioria de qualidade duvidosa.

A nova diretoria da Andes deve retomar o debate sobre a autonomia universitária e argüir a necessidade de uma regulação verdadeiramente pública do sistema de ensino superior brasileiro. O núcleo da regulação da autonomia não deve ser os escalões do MEC, nem o Conselho Federal de Educação – com seus lobbies, esquemas e nego-

ciatas –, mas um conselho das universidades públicas e setores da sociedade civil, que teria inclusive responsabilidade sobre o controle da qualidade, do credenciamento e da liberdade de cátedra extensivo à esfera do ensino superior privado, e não somente do público.

Como enfrentar o monopólio que a Instituições Privadas vêm constituindo com a cumplicidade do Ministério da Educação? Os colegas já repararam como a atual diretoria da Andes é tímida na denúncia do verdadeiro “cerco” que as universidades públicas sofreram com a farra dos credenciamentos de universidades privadas promovidas pelo MEC? A diretoria da Andes tem, nesse caso, uma posição autista, como se fosse possível que a farra dos credenciamentos não alterasse radicalmente o funcionamento das Universidades Públicas. A discrepância, hoje existente, entre o vertiginoso crescimento do setor privado em detrimento das universidades públicas tem incidência direta sobre o funcionamento dessas últimas instituições, pois elas não cresceram nem evoluíram como deveriam nos últimos anos – tivemos muitas aposentadorias e poucos concursos, e o esforço de abertura de novas vagas ocorreu racionalizando os recursos existentes e não pelo aporte de novas verbas, etc.

Essa questão deveria ser o ponto número um da agenda da Andes hoje, e infelizmente, salvo manifestações protocolares, ele não tem tido da importância que merece. Nós, da chapa *Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta* propomos uma grande campanha pública chamando a atenção para o que vem ocorrendo.

FFLCH em greve!

Os alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas estão em greve, em protesto contra a falta de professores e as salas de aula lotadas da unidade. O curso de Letras foi o primeiro a parar. Já no dia 3/4, haviam feito um dia de paralisação, depois de os estudantes tentarem, sem sucesso, solucionar os problemas por meio de conversas com os professores. E a partir do dia 29/4, entraram em greve. Após seguidas assembleias e discussões internas, os demais cursos decidiram apoiar o movimento, e, progressivamente, entraram em greve ou paralisações parciais.

No dia 16/4, houve a primeira paralisação conjunta dos alunos da FFLCH. Nesta data, fizeram um ato em frente à Reitoria. Segundo Marcelo Silva Souza, diretor do Caell, a intenção era agendar uma audiência com o Reitor para discutir a questão. Os estudantes foram recebidos pela pró-Reitora de graduação, professora Sônia Penim, e conseguiram marcar uma audiência pública com ela, para o dia 23/4, no anfiteatro da Geografia.

No debate, as respostas da Pró-Reitora às indagações dos alunos foram consideradas insatisfatórias: ela argumentou que a contratação de professores não faz parte de suas atribuições. "Mas o debate foi interessante, porque muitos professores e funcionários puderam falar sobre os problemas da FFLCH", explica Marcelo.

A comissão de claros da FFLCH definiu que para suprir as necessidades básicas da unidade são necessárias 115 novas contratações até 2004. Essa decisão foi reiterada na última reunião da Congregação da FFLCH. O pedido foi encaminhado à Reitoria, explicitando que 54 claros precisam ser preenchidos ainda em 2002 (ver nesta página). A Reitoria respondeu, admitindo preencher por con-

curso público somente 12 vagas, neste ano, e não apresentou política de contratação para os anos seguintes.

A luta pela reposição de claros docentes é uma antiga bandeira do movimento em defesa da universidade pública. Na última década, a USP perdeu cerca de mil professores, e essas vagas ainda não foram devidamente preenchidas, mesmo após a greve de 2000, quando a Reitoria viu-se obrigada a atender parcialmente a reivindicação de contratação de professores. A Adusp vem denunciando essa política deliberada da administração central, que atingiu



Assembleia dos professores da FFLCH no dia 6/5

seu ápice na gestão do reitor Jacques Marcovitch, que chegou a elogiar, em artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, o "enxugamento" do quadro de pessoal da universidade.

Professores e alunos vol-

tariam a reunir-se nesta semana em assembleias para definir os rumos da greve. No dia 17/5, está marcada uma audiência pública com o Vice-Reitor, professor Hélio Noqueira.

Declaração da Congregação da FFLCH-USP sobre o movimento dos estudantes em decorrência da falta de professores

A Congregação da FFLCH-USP, reunida no dia 9 de maio de 2002, vem a público declarar que considera urgente uma manifestação por parte da Reitoria da USP no que concerne o pedido encaminhado pelo CTA/FFLCH (contratação de 105 professores no período 2002-2004), no sentido de superar os graves problemas estruturais que a Faculdade enfrenta. O que se visa é a recomposição do quadro docente de forma a restabelecer a normalidade das condições de trabalho acadêmico — docência, pesquisa, extensão — como requisito fundamental e definidor para o padrão de qualidade inerente ao ensino público superior brasileiro.

A FFLCH tem hoje a pior proporção na relação professor/aluno. A média da USP é de 1/14, a média da USP, não computada a FFLCH, é de 1/12, ao passo que a da FFLCH é de 1/36.

A FFLCH, que foi o núcleo formador da Universidade de São Paulo e que hoje atende a 20% da população uni-

versitária de graduação dessa instituição, contando apenas com 7,2% de seus docentes, necessita de um tratamento digno da sua importância histórica.

A contratação de professores temporários, ao invés de resolver, agrava ainda mais o problema estrutural vivido ao longo desses últimos anos em decorrência da diminuição do corpo docente da FFLCH.

O que está em jogo é a recuperação, a curto prazo, do sentido que norteou a fundação da USP, notabilizada por ser o melhor centro de pesquisa e docência do país e que forma quadros para as universidades públicas e privadas de todo o território nacional. Esta faculdade, sobretudo, ainda mantém aquela tradição de pesquisa de longa duração e de docência visando à formação séria dos estudantes.

A reposição do seu quadro docente é o mínimo que o poder central pode fazer para que a FFLCH volte a uma normalidade de 10 anos atrás. O fortalecimento dessa uni-

dade significa também o fortalecimento da imagem da Universidade de São Paulo.

A constituição de um grupo de trabalho formado pelos integrantes da Comissão Permanente de Claros da FFLCH e de representantes da Reitoria aparece, neste momento, como um instrumento da mais alta relevância para a busca de soluções a curto e médio prazos.

Enquanto aguarda uma proposta desse grupo de trabalho, esta Congregação declara-se em reunião permanente (ou em estado de emergência) e reconhece o movimento dos estudantes como uma manifestação legítima, tomada em situação extrema, pois, pela falta de professores, sentem a precariedade das condições vividas por eles e pelos docentes e correm o risco de não concluir o curso no tempo normal, a despeito do notório empenho de todos os membros da comunidade da FFLCH em assegurar o bom nível dos cursos e a qualidade da sua produção intelectual.

CO decide sobre nova Comissão de Avaliação

Na próxima reunião do CO, no dia 14/5, deverá ser votada mudança do Regimento Geral da USP, com a substituição do Título VI do Capítulo IV, intitulado *Da Avaliação Docente*, por *Da Avaliação Institucional*. A proposta da Reitoria, cuja minuta foi enviada à Adusp, incorporou as mudanças oriundas das críticas levantadas pelos representantes da entidade na reunião do dia 22/4 com a Reitoria, noticiada no *Informativo Adusp 116*. Os principais pontos a destacar são os seguintes:

1. A nova Comissão Permanente de Avaliação (CPA) terá caráter coordenador do processo de avaliação institucional, no lugar de ser a responsável por esta avaliação, como na redação original;

2. Foi retirada do parágrafo primeiro do novo artigo 202 a referência a relatórios individuais de docentes;

3. O pedido de relatório aos Departamentos a qualquer tempo, que constava do parágrafo segundo, foi substituído por pedido de informações;

Na reunião do dia 22/4, a representação da Adusp também manifestou preocupação com o fato de que o Regimento da nova CPA, que incluirá número de membros, atribuições e estrutura administrativa, seria submetido ao CO, mas não constaria do Regimento Geral da USP, dispensando quórum qualificado para sua aprovação. Esta perspectiva foi mantida como na redação original do parágrafo terceiro.

Papel social

Uma questão que nos parece central é a necessidade de ampla discussão no interior da USP sobre a questão da avaliação institucional e o papel social da Universidade, antes que sejam estabelecidas diretrizes para esta avaliação. Na reunião do dia 22/4, a Reitoria comprometeu-se a promover esta discussão. Será importante a participação de todos para que possamos concretizar di-

retrizes que promovam o desenvolvimento da pesquisa, do ensino, da extensão e do enraizamento da USP na sociedade.

Em particular, a atenção da Universidade aos graves problemas sócio-econômicos brasileiros, com a ampliação do exercício da cidadania e do acesso à educação, à saúde e à cultura e com a luta contra a sonegação, a evasão e a corrupção fiscal, são alguns elementos fundamentais que nos constituirão como defensores do patrimônio público, tornando-nos menos vulneráveis aos ataques constantes que temos recebido tanto dos setores interessados na privatização dos serviços públicos essenciais, quanto de governos.

A mudança regimental proposta abre perspectivas que podem ser promissoras para o desenvolvimento de uma

universidade pública de qualidade, no sentido mais amplo desta expressão. Por outro lado, há providências concretas que exigem atenção imediata. Embora encontre-se também, na pauta da reunião do CO, proposta da Reitoria no sentido de não mais encaminhar para a CERT os processos dos concursos de ingresso na carreira quando o docente da USP já se encontrar no regime de trabalho previsto no edital, o que é um avanço, é necessário registrar que o aparato normativo existente que dá origem aos abusos que temos assistido por parte da CERT permanece inalterado.

Atribuições da CERT

A Reitoria comprometeu-se reiteradas vezes com a posição, que a Adusp tem defendido desde o 3º Congres-

so da USP em 1987, de que a avaliação individual dos docentes é de responsabilidade exclusiva de Departamentos e Unidades. Consistente com esta visão, é importante construir propostas de modificação do artigo 91 do Estatuto da USP, bem como das resoluções 3531/89 e 3533/89, que tratam da constituição e atribuições da CERT, de modo a adequar os diplomas legais à perspectiva que esta Comissão, assessora do Reitor, volte ao seu papel original de controle administrativo do cumprimento dos regimes de trabalho docente.

A Adusp convidou os membros do CO para uma reunião segunda-feira, 13/5, às 17:30 na sede da entidade, para discutirmos esta e outras propostas na pauta do CO. Todos os colegas interessados serão muito bem-vindos!

Governo FHC tenta intimidar Ildo Sauer

O governo FHC passou a ameaçar os críticos da sua política de energia. Pedro Parente, ministro responsável pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica resolveu pedir explicações ao Reitor da USP sobre os relatórios produzidos pela equipe do professor Ildo Sauer, docente do IEE.

O professor Sauer demonstrou irregularidades e indícios de improbidade nos contratos de compra de energia emergencial e nas compensações dadas às concessionárias por meio da Medida Provisória 14, de 21/12/2001. Esses estudos orientam o Ministério Público Federal na investigação aberta sobre o caso.

Parente e Mário Miranda, presidente interino da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (órgão federal), enviaram cartas respectivamente ao reitor Adolpho Melfi e ao diretor do IEE. As cartas são idênticas. O texto refere-se às “incontáveis manifestações” do professor contra a MP 14, e alude à “even-

tual propositura de ação judicial de reparação de danos”.

Parente pede ao Reitor que este “se digna a esclarecer se o Senhor Ildo Sauer expressa entendimento do colegiado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e se os juízos e alegações por ele levados a público podem vir a ser legitimamente atribuídos a essa mesma instituição de ensino superior”.

Defesa da autonomia

A Adusp emitiu a seguinte nota à imprensa, intitulada “Em defesa da autonomia do saber e da liberdade de expressão dos docentes”:

“A Associação dos Docentes da USP vem a público manifestar seu mais veemente repúdio à tentativa de intimidação praticada pelo governo federal contra o professor Ildo Sauer, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, em função de seus estudos e relatórios críticos, relativos aos dispêndios governamentais para contratação de usinas emergenciais e benefícios às distribuidoras.

As cartas enviadas à Reitoria da USP e ao IEE, respectivamente pelo ministro Pedro Parente e por um de seus subordinados, em busca de subsídios para acionar judicialmente o professor Sauer, constituem demonstração inequívoca do autoritarismo típico deste governo, sempre e sempre interessado em perseguir, estigmatizar e punir autores de críticas, ao invés de preocupar-se em banir os responsáveis por atos que dilapidam o patrimônio público e violam os direitos elementares da população brasileira.

Truculenta, a atitude do ministro Parente ameaça a autonomia do saber e a liberdade de expressão dos docentes-pesquisadores da USP e da universidade pública em geral, merecendo desse modo a repulsa da comunidade científica. A Associação dos Docentes da USP solidariza-se firmemente com o professor Sauer e sua equipe, a quem compromete-se a dar todo apoio, neste combate em defesa da dignidade e da verdade dos fatos.”